

## CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO RELIGIOSO PARA A FORMAÇÃO DO ALUNO DE ENSINO MÉDIO

### CONTRIBUTIONS OF RELIGIOUS EDUCATION TO ADOLESCENT EDUCATION

Fernando Lúcio Scalzer<sup>1</sup>

Veruska Sidronil da Silva<sup>2</sup>

Dayse Patrícia Pereira Jubrael<sup>3</sup>

Maria de Fátima dos Santos de Almeida<sup>4</sup>

Frederico Pecorelli de Oliveira<sup>5</sup>

José Carlos Ferreira da Silva<sup>6</sup>

**Resumo:** A adolescência é uma fase na vida do indivíduo marcada por diversas mudanças em todos os níveis, onde os questionamentos são frequentes acerca dos valores referenciais que lhes são transmitidos (morais, éticos, religiosos, etc.). O indivíduo inicia a formação dos alicerces onde se sustentarão os conceitos e valores que formarão a identidade da sua personalidade. Valores e conceitos esses que geralmente são transmitidos pela família. Surge daí a necessidade de um alicerce com uma base forte que possa dar frutos saudáveis para a formação desse adolescente que necessita de referências. Nota-se assim, a importância epistemológica e metodológica acerca do Ensino Religioso que pode ajudar na formação dessa base sólida contribuindo como um referencial de valores para a formação da identidade pessoal desse adolescente que vive e se socializa em uma cultura desenvolvida e legitimada em alicerces fortemente religiosos, mesmo tendo em vista a separação entre os assuntos seculares e religiosos. Assim, o presente artigo procura evidenciar como o ER pode auxiliar na formação dessa base sólida onde se formará a identidade do adolescente. A metodologia utilizada foi uma revisão de literatura a respeito do tema abordado, a adolescência, o ensino de religião, sua aplicação na legislação

1 Mestrando em Ciências da Religião pela Faculdade Unida de Vitória - ES.

2 Mestranda em Ciências da Religião pela Faculdade Unida de Vitória - ES.

3 Mestranda em Ciências da Religião pela Faculdade Unida de Vitória - ES.

4 Mestranda em Ciências da Religião pela Faculdade Unida de Vitória - ES.

5 Mestrando em Ciências da Religião pela Faculdade Unida de Vitória - ES.

6 Mestrando em Ciências da Religião pela Faculdade Unida de Vitória - ES.

escolar brasileira e suas implicações. Chegou-se à conclusão de que o ensino religioso é importante na formação do adolescente observando-se, não obstante, o respeito à individualidade e à inclusão, o que leva a repensar a formação dos professores do ensino médio de escolas públicas e particulares.

**Palavras-chave:** Educação, Formação, Moral, Religião, Adolescência.

**Abstract:** Adolescence is a phase in the individual's life marked by several changes at all levels, where questions are frequent about the reference values transmitted to them (moral, ethical, religious, etc.). The individual begins the formation of the foundations where the concepts and values that will form the identity of his personality will be sustained. Values and concepts that are usually transmitted by the family. Hence the need for a foundation with a strong foundation that can bear healthy fruit for the training of this adolescent who needs references. Thus, the epistemological and methodological importance of religious teaching can help in the formation of this solid base contributes as a reference of values for the formation of the personal identity of this adolescent who lives and socializes in a culture developed and legitimized in strongly religious foundations, even with a view to the separation between secular and religious issues. Thus, this article seeks to highlight how the Religious teaching can help in the formation of this solid base where the identity of the adolescent was formed. The methodology used was a literature review on the topic addressed, adolescence, the teaching of religion, its application in Brazilian school legislation and its implications. It was concluded that religious education is important in the formation of adolescents, observing, however, respect for individuality and inclusion. This leads to rethinking the training of high school teachers in public and private schools.

**Keywords:** Education, Education, Morals, Religion, Adolescence.

## Introdução

A adolescência é caracterizada como uma fase de muitas mudanças, de natureza biológica, psicológica e social, na qual costumam ocorrer questionamentos a respeito de conceitos e valores transmitidos pela família. A moralidade também está em transformação, passando de uma visão heterônoma para uma visão autônoma dos dilemas morais. Diante dessas mudanças, percebe-se a necessidade de o adolescente ter referências seguras para um desenvolvimento saudável (FERREIRA, 2016).

No Brasil, de acordo com o 2º artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente, (Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990), a adolescência é um período da vida que começa aos 12 anos de idade e termina aos 18 anos completos (BRASIL, 1990).

De acordo com CAVENAGHI e BZUNECK (2009), nessa fase, o indivíduo percebe a necessidade de abandonar a identidade infantil para atender às novas demandas que lhe são apresentadas e compreender sua nova posição enquanto pessoa. O adolescente, então, começa a pensar mais sobre si mesmo e a se perceber como uma entidade separada de sua família, ou seja, como um ser independente e único.

Indo além das definições biológicas, ROCHA, FARIA e PIO (2009) chamam a atenção para uma caracterização da adolescência a partir de uma perspectiva social. A partir do século XIX, a ideia de infância, de adolescência, surgiu na sociedade cada vez mais urbana e industrializada. Reconhecendo-a como uma fase de mudanças críticas e potencialmente perigosas para a ordem social. A partir de então, essa fase da vida passa a ser objeto de estudos para área da saúde e da educação. Os autores também discutem a construção da ideia do adolescente rebelde, imagem criada pela contracultura nos anos de 1960 principalmente nos Estados Unidos e Europa. Entretanto, com o passar dos anos, o lugar e o papel do adolescente mudaram, pois, a sociedade do século XXI se mostra menos autoritária e mantém um diálogo maior com essa população mais jovem. Mesmo assim, a definição precisa de quem era esse adolescente que tínhamos em anos anteriores se mostra indefinida nos dias atuais.

O adolescente em tempos anteriores se dedicava aos estudos, tornava-se apto a possuir um emprego e por fim se casava. Atualmente com a adolescência

prolongada o jovem permanece mais tempo com os pais e, em função do maior tempo de estudo, ele se encontra ainda sem independência financeira e sem emprego. Falta a ele, a autonomia. A sociedade contemporânea tem como característica fundamental, o consumo, o imediatismo, a satisfação momentânea dos desejos, os novos arranjos familiares, a "correria, a pressa e, sobretudo, a mudança da integração entre adolescente e adultos. Um panorama muito diferente do que ocorria, na modernidade por exemplo, quando o que distinguia crianças, adolescentes e adultos estava claramente demarcado (ROCHA; FARIA; PIO, 2009, p. 18).

Diante disso, a aprovação ou reconhecimento das pessoas que são significativas para ele é muito importante para a construção de sua identidade. Estudantes adolescentes apresentam melhor desempenho na escola quando se sentem fortemente apoiados na identidade de suas famílias, comunidades e amigos. Esse trabalho pretende se debruçar sobre a questão do ensino religioso nas escolas e sua importância para a formação do aluno de ensino médio.

Segundo FOWLER (1992 apud FERREIRA, 2016) a aprendizagem deve ser global e aprofundada, passando pelo questionamento da fé, da religião e do sentido da vida e da morte, questões existenciais fundamentais para o ser humano e, que, portanto, não devem ser menosprezados pela escola. Nessa perspectiva, o ensino religioso nas escolas pode contribuir para o processo de formação do adolescente como cidadão.

O debate em torno do ensino religioso voltou a ter destaque a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9.475/1997). O texto da lei trouxe muitas ambiguidades e alguns autores defendem que o princípio da laicidade estaria comprometido de acordo com as diretrizes defendidas pela mesma (SELLES ET AL, 2016).

No âmbito da legislação atual do país, a disciplina de Ensino Religioso é facultativa, integrando a grade normal de horários, tendo a preocupação de assegurar a representação das distintas culturas religiosas presentes no território brasileiro. As discussões em torno de suas possíveis contribuições têm se tornado parte do campo de conhecimento humanista e se debruçado para aspectos mais amplos, como os fatores sociais, culturais e psíquicos envolvidos (RIBEIRO, 2015).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) dispõe do ensino religioso, de forma facultativa, sendo vedado por lei o proselitismo, para as etapas de ensino fundamental I e II, das escolas públicas, compreendendo apenas a infância. Entretanto, essa diferenciação se dá devido à forma de se entender os processos cognitivos diferenciados de absorção do conhecimento. A apreciação da temática religiosa no ensino médio é diluída na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, pois, enquanto a importância para o ensino fundamental é o conhecimento concreto do indivíduo e de seu lugar no mundo e na família, no ensino médio a ênfase se dá nos processos de simbolização e abstração desses mesmos conceitos.

Diante disso como aponta MUNIZ e GONÇALVES (2014) de forma distinta de outras disciplinas curriculares na educação brasileira, o ensino religioso não dispõe de uma regulamentação de diretrizes curriculares, sendo, portanto, ensinada livremente pelas escolas públicas e particulares. Muitas das vezes, esta elaboração fica sob a direção de um grupo religioso ou até mesmo de pessoas que não têm uma formação educacional adequada, o que não contempla o objetivo do ensino de religião proposto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

De acordo com Lins (2015 apud BARBOS, 2018), a escola deve ser vista como uma instituição social que possui entre suas funções a promoção da formação e da informação aos seus alunos. Desse modo, a instituição escolar deve visar o desenvolvimento pleno e integral das crianças e adolescentes, com o intuito de promover sua socialização dentro de uma cultura, que possui a religião, ou manifestações religiosas, como um de seus elementos. Nesse contexto, o ensino religioso torna-se parte desse objetivo, constituindo-se como um dos pontos fundamentais da escolarização.

Considerando o que foi exposto, esse artigo pretende levantar uma discussão acerca do papel do ensino religioso na formação e desenvolvimento do aluno de ensino médio através de um levantamento bibliográfico.

## 1 Paradigmas epistemológicos do Ensino Religioso

Uma das maiores questões que surgem na discussão sobre o ensino religioso diz respeito à separação da Igreja e do Estado: como ensinar e falar de religião em um país laico? As linhas de separação são tênues e as pessoas tendem a assumir posições radicais ao discutir o assunto (SOARES; STIGAR, 2016).

De maneira diferente da que ocorre em países onde a discussão vem se desenvolvendo há vários anos, no Brasil o assunto ainda é tabu em certos meios ou motivo de disputas em alguns segmentos, nos quais leigos e religiosos, teólogos e professores de Ensino Religioso se confrontam, uns acusando os outros de catequistas mascarados, proselitistas e anticlericais (SOARES; STIGAR, 2016, p. 138).

A laicidade do Estado implica que o mesmo não adota uma religião oficial, porém adota os princípios da liberdade religiosa dos cidadãos e da autonomia das entidades religiosas da sociedade. Nesse contexto de laicidade e secularização da cultura, o ensino religioso torna-se uma questão complexa e polêmica (SOARES; SITIGAR, 2016).

Considerar o ensino religioso como área de conhecimento implica pensar nos seus fundamentos epistemológicos e na sua metodologia. A epistemologia é entendida como a teoria do conhecimento sobre um determinado campo de investigação, pois trata da organização da episteme do objeto de estudo (BRANDENBURG, 2013). Esses aspectos ainda não estão totalmente desenvolvidos por se tratar de um campo de conhecimento recente. Sobre essa questão, PASSOS (2015), discorre que a legislação atual deixa em aberto as exigências da formação docente para o Ensino Religioso, de forma oposta ao que acontece com a legislação para os demais campos de ensino, como é explicitado a seguir.

É verdade que as ciências não são politicamente neutras. Elas se tornam disciplinas ensinadas nas escolas, uma vez reconhecidas como legítimas e, portanto, entendidas como necessárias para a educação dos cidadãos. É nesse sentido que muitos conhecimentos novos ou mesmo antigos podem ser introduzidos nos currículos escolares. De fato, conhecimentos antigos, (caso da Filosofia) e novos (como a Ecologia) foram introduzidos nos currículos não faz muito tempo. Mas, em todos os casos a relevância pedagógica

(formação do cidadão) e pertinência epistemológica (consistência como ciência) e, por conseguinte, a formação docente (em cursos que habilitem) e a organização curricular (estruturação dos conteúdos das disciplinas) formam um único conjunto indispensável para que se possa falar em ensino de uma determinada área. A resolução política do ER no decorrer de nossa história ignora esse processo e esse sistema, sendo tratado como exceção e não, de fato, como disciplina comum dos horários normais de aula, como reza a lei (PASSOS, 2015 p. 28).

Essa situação de isolamento epistemológico expõe a prática do Ensino religioso (ER) às experimentações diversas dos conteúdos a serem lecionados e, portanto, está aberta a qualquer proposição que seja apresentada como adequada por uma autoridade eclesiástica ou política. "A mesma vulnerabilidade se aplica à habilitação e formação de docentes, uma vez não estando legislada. Como encaixar o ER no fluxograma regular da construção e da institucionalização das ciências em geral?" (PASSOS, 2015, p. 37).

Segundo CASTRO e BALDINO (2014) se não há uma epistemologia evidente que sustente o Ensino Religioso, isso se deve ao fato de que poucos teóricos da educação tenham se debruçado sobre a questão. A ausência de debates tem permitido que a disciplina continue se baseando em um modelo colonial, envolvendo pregação e repasse de uma verdade única de fé.

Ainda segundo CASTRO e BALDINO (2014), a disciplina de Ensino Religioso não diz respeito a conhecimento teológico sobre as diversas igrejas e sim, a uma construção social e antropológica. Para tanto, é preciso que se construa uma epistemologia capaz de se contrapor ao modelo confessional que ainda é praticado nas escolas.

Historicamente, podemos identificar três modalidades de ER no Brasil: o Catequético, o Teológico e o das Ciências da Religião, também chamado de Modelo Fenomenológico. Esses modelos ainda prevalecem na prática pedagógica atual da disciplina (SILVA, 2017).

O modelo Catequético prevaleceu na escola pública desde o período colonial até o final do século XX e pode ser caracterizado como um modelo que segue uma visão unirreligiosa.

Nas décadas de 70 e 80, com as mudanças sociais, políticas e culturais, adotou-se o modelo Teológico. Esse modelo trouxe a visão da pluralidade religiosa e um paradigma

antropológico. Inicialmente, o modelo Teológico foi visto como uma boa alternativa, porém como não há teologia *aconfessional*, o modelo acabou induzindo uma catequese dissimulada, gerando polêmica.

SILVA (2017) ressalta ainda que o Ensino Religioso adquire traços diferenciados de acordo com o contexto escolar em que está inserido. Na escola pública, a disciplina segue de forma precisa a legislação civil (Lei n° 9475/ 1997), o que a difere do modelo adotado nas escolas confessionais.

A dificuldade encontrada no estabelecimento de uma epistemologia adequada para o ER se dá pela politização dessa disciplina, que a situa no campo de disputa entre a Igreja e o Estado. A própria Lei 9.457/1997 abriu caminho para um modelo de ER secularizado, que exige dos educadores a tarefa de construir para a disciplina um perfil pedagógico de releitura das questões religiosas da sociedade contemporânea, baseados na compreensão da área de conhecimento e nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

A perspectiva das Ciências da Religião tem sido defendida como uma alternativa viável para um Ensino Religioso que gere reflexões críticas. Segundo RODRIGUES (2015), a Ciência da Religião discorre sobre as práticas religiosas de forma descritiva e analítica, investigando sua origem (no tempo e no espaço), seus fundadores, seus mitos e rituais. RODRIGUES (2015) justifica essa abordagem de acordo com os princípios expostos abaixo:

Parte-se do pressuposto de que a religião se manifesta em diferentes épocas segundo a linguagem de culturas específicas e circunscritas por lugares que têm influência na forma como se expressam. Portanto, uma manifestação religiosa que tenha emergido na Europa do século 16 como o Protestantismo, incrustado das influências, das formas de se comunicar e das demandas específicas daquele tempo, seja primeiramente descrita para depois ser analisada e compreendida. No mínimo, para o desenvolvimento desse processo de aprendizagem faz-se importante o recurso aos livros de História, aos mapas do mundo, obras artísticas como quadros e ilustrações, além de outros recursos, a fim de que contextos históricos, políticos, geográficos e culturais sejam explicitados; dados que, paulatinamente, contribuirão para o desvelamento dos sentidos que subjazem à prática dessa religião por determinados grupos sociais, no passado e no presente (p. 61).



Ainda de acordo com a autora, essa forma de abordar o fenômeno religioso significa lançar luz sobre o mesmo e ir além do que está aparente. Esse olhar externo sobre as práticas religiosas permite que se produza um conhecimento sobre elas que as ordena em quadros mais claros e objetivos, segundo seus índices; ícones e símbolos; e formas de apresentação. Após essa construção é possível chegar a classificações das diversas formas de religião, tanto individuais como coletivas, racionais ou mágicas, pré-modernas, modernas ou pós-modernas, discursivas ou performáticas, dentre outros parâmetros que nos auxiliam a construir cognitivamente a ideia de diversidade religiosa.

Pouco a pouco tal conhecimento permite a comparação, a identificação de similaridades e de rupturas entre os modos de religião e, por fim, a compreensão quanto ao que é contínuo entre as religiões e o que as distingue. Esse quadro sobre o fenômeno religioso é que torna possível a reflexão, a crítica e a formulação de opiniões sobre a religião (RODRIGUES, 2015, p. 62).

O maior impasse para a prática do Ensino Religioso não parece ser, portanto, substancialmente epistemológico, mas sim pedagógico e político. O problema epistemológico não deve ser negligenciado, porém a formação docente é essencial para dissipar as dúvidas nessa área de conhecimento (BRANDENBURG, 2013).

## **2 Impactos do Ensino Religioso na formação dos alunos de ensino médio**

Ao tratarmos da adolescência é preciso tratar do Desenvolvimento Humano. Alguns estudiosos classificam o processo de desenvolvimento em fases, ciclos, estágios ou etapas, com o intuito de compreender a vida humana e como ela se modifica a partir das necessidades cognitivas, psicosssexuais e psicossociais que surgem durante esse processo (RIBEIRO, 2015).

Na teoria de Piaget (1962 apud RIBEIRO, 2015), a adolescência é o estágio em que o desenvolvimento mental se completa, passando do pensamento concreto para o pensamento formal, que envolve a capacidade de trabalhar operações lógicas, reflexões e teorias. A personalidade é ajustada a partir das experiências e relações estabelecidas

com o meio social. O adolescente passa por um processo de descoberta de sentimentos, virtudes e por conflitos na busca da conquista de autonomia.

Segundo SILVA, VIANA e CARNEIRO (2011), o período que corresponde à adolescência até a fase adulta, o qual Piaget definiu como período das operações formais, é quando o adolescente passa a não necessitar de trabalhar somente com o fato e ou material concreto e já pode aplicar-se às suposições, além de já estar apto a formular hipóteses e tirar suas próprias conclusões.

O livre exercício de reflexão permite ao adolescente, inicialmente, submeter o mundo real aos sistemas e teorias que o seu pensamento é capaz de criar. Isto se vai atenuando de forma crescente, através de reconciliação do pensamento com a realidade até ficar claro que a função de reflexão não é contradizer, porém se adiantar e interpretar a experiência (SILVA; VIANA; CARNEIRO, 2011, P.4).

Outro teórico, Erikson (1976 apud RIBEIRO, 2015) considerou os aspectos sociais, individuais e biológicos em sua teoria de desenvolvimento humano. Para ele, a adolescência é marcada pela dualidade Identidade x Confusão de papéis. Adotando essa perspectiva, compreende-se que o (a) adolescente busca sua identidade diante de um novo mundo que lhe é apresentado, que demanda novas responsabilidades e compromissos. Nessa fase, o indivíduo costuma buscar associar-se a grupos e adotar seus costumes e ideologias na tentativa de formarem a própria identidade e sentirem-se como parte de algo.

Considerando essa perspectiva, o espaço escolar, onde o adolescente passa uma parte significativa do seu tempo, pode ser percebido como um espaço de ensino-aprendizagem no qual ocorre parte do seu desenvolvimento social e cultural, podendo contribuir positivamente para a formação de seu caráter.

A relação do adolescente com a religiosidade também tem um papel importante e diferenciado na sua formação (MORAIS). O Ensino Religioso na escola deve revestir-se de novos conceitos para atender às indagações, às transformações e às necessidades do mundo contemporâneo.

Em relação à importância do ER para o adolescente, RIBEIRO (2015), ao aplicar um questionário em uma escola de ensino fundamental no Maranhão, concluiu que todos os

adolescentes entrevistados consideraram a disciplina como um componente importante do currículo escolar. A grande maioria (90%) considerava a forma que a disciplina era lecionada em sala como interessante e boa parte dos alunos (69%) conseguiam relacionar o conteúdo dado ao seu cotidiano. Para o autor isso se dá porque:

Atualmente, os docentes têm demonstrado uma consciência, no que se refere à pluralidade cultural e de confissão de fé presentes na escola, percebendo, então, que o Ensino Religioso não é um componente curricular que ensina ou impõe uma determinada Religião, mas um componente voltado a discutir, estudar, investigar as diferentes manifestações de religiosidade nas sociedades humanas. Sendo assim, o(a) adolescente, que convive em um mundo atual e dinâmico com diferentes ferramentas de comunicação e informação, se vê atraído em conhecer ao outro (RIBEIRO, 2015, p. 121).

MORAIS (2015) propõe uma reflexão sobre o mundo pós-moderno em que estamos inseridos e como o Ensino Religioso pode resgatar valores inerentes aos seres humanos e às instituições nesse contexto. Segundo a autora, a pós-modernidade é caracterizada pela valorização do imediato e do tangível, portanto, faz-se necessário repensar valores fundamentais que foram esquecidos ao longo do tempo e trabalhá-los com os adolescentes.

Um dos valores que devem ser trabalhados no ER refere-se à dimensão da alteridade na relação entre as pessoas. Sobre isso, MORAES (2015) discorre que: "O ato de se colocar no lugar do outro, respeitando as diferenças religiosas e culturais, mais as atitudes que são praticadas que incorporam valores vividos diariamente precisam ser trabalhados, constituindo-se em hábito na vida dos adolescentes em geral" (p. 65).

Na mesma linha de pensamento, SILVA (2013) defende que a alteridade no ER minimiza a influência do individualismo pós-moderno, que provoca falta de sentido, conduzindo o adolescente confuso à consciência e à dependência das diferenças para viver em harmonia. Através do Ensino Religioso, o adolescente é capaz de se abrir ao diálogo com outras religiões, construindo formas de aproximação com as diferentes crenças e sendo impulsionado a buscar bem-estar e a valorização da cultura da paz.

BEZERRA ET AL (2009) investigaram a correlação entre religiosidade e comportamentos

de risco como consumo de bebidas alcoólicas e tabagismo. As análises de regressão logística demonstraram que, independentemente da religião, os adolescentes que se consideravam praticantes tinham chance menor de exposição ao consumo dessas substâncias. No entanto, a pesquisa ressalta que é preciso mais investigações.

Outro estudo pertinente sobre o desenvolvimento da identidade no adolescente a ser citado foi feito por FIGUEIREDO ET AL (2016) com base na abordagem societal de valores, que traz elementos psicológicos e sociológicos. O estudo teve o objetivo de avaliar valores nos adolescentes estudantes de um município da Baixada Santista, em São Paulo, comparando as diferenças de gênero encontradas.

Os adolescentes responderam ao Questionário de Valores Psicossociais (QVP), que classifica esses valores em quatro grupos motivacionais: Religioso, Materialista, Hedonista e Pós-Materialista.

Em relação ao eixo religioso, esse foi o segundo mais indicado pelas meninas. Esse eixo traz como valores que envolvem a manutenção de tradições e normas criadas nos grupos sociais, visando o bem-estar do outro. Os meninos apresentaram mais valores hedonistas, que envolvem busca pelo prazer, experimentação sexual e busca de liberdade e autonomia. Esses dados podem contribuir para a adaptação da abordagem do Ensino Religioso de acordo com as demandas específicas de cada gênero.

Por fim, PAULY e FLORES (2016) ressaltam que o Ensino Religioso contribui significativamente para a formação de um cidadão livre e para o fortalecimento da democracia em nossa sociedade. Além disso, a disciplina pode preencher outra lacuna existente na educação brasileira, que se refere ao desenvolvimento espiritual, preconizado pelo artigo 3º do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – como direito da criança e do adolescente. Da mesma forma que a legislação referente ao Ensino Religioso, o Estatuto também não traz as diretrizes para o desenvolvimento espiritual livre e digno, de fato.

## Considerações Finais

Entender a educação como um processo de desenvolvimento tanto cognitivo e intelectual, favorece a formação de cidadãos mais humanos e é uma limitação a ser vencida. O Ensino Religioso pode se inserir nesse paradigma como uma disciplina capaz de influenciar positivamente na formação moral e ética dos alunos e favorecer atitudes mais tolerantes na convivência com o outro. Tendo-se em vista, encará-lo como uma disciplina que busque a inclusão de todas as religiões e vivências subjetivas com o sagrado.

Nesse artigo buscou-se investigar a importância do Ensino Religioso para o desenvolvimento do adolescente e como a disciplina tem sido abordada. Conclui-se que ainda há muito que ser discutido sobre como deve ser o Ensino Religioso, principalmente nas faltas de políticas públicas voltadas à formação adequada e qualificada de professores específicos para essa matéria que saibam ministrar o ensino religioso respeitando a laicidade do estado e promovendo o respeito à pluralidade de uma sala de aula que busca ser diversa e inclusiva, porém não se deve negar sua necessidade, pois essa disciplina tem muito a contribuir ao desenvolvimento das crianças e adolescentes.

## Referências:

BEZERRA, J; BARROS, M. V; TENÓRIO, M. C. M; TASSITANO, R. M; BARROS, S. H; HALLAL, P. C. *Religiosidade, consumo de bebidas alcoólicas e tabagismo em adolescentes. Revista Panamericana de Salud Pública*, 26(5): 440–6, 2009. Disponível em: Acesso em: 18/03/2020.

BRANDENBURG, L. E. *A epistemologia do Ensino Religioso, suas limitações e Abrangências: A confluência da Educação e da Religião na Escola*. Revista Interações, Cultura e Comunidade. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUCMINAS, v.8, n° 14, 2013. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/P.1983-8478.2013v8n14p221>. Acesso em: 15/03/2020.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *Educação é a Base. Ensino Médio*

Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017, p. 547-548. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=85121-bncc-ensino-medio&category\\_slug=abril-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=85121-bncc-ensino-medio&category_slug=abril-2018-pdf&Itemid=30192) Acesso em: 10/09/2020.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm#art266](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266). Acesso em: 08/09/2020.

CASTRO, R. M. M; BALDINO, J. M. Ensino Religioso no Brasil: apontamentos epistemológicos de um modelo em construção. *Educação em Foco – UEMG*, Ano 17 n. 23, p. 181-202- julho, 2014. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/index>. Acesso em: 28/02/2020.

CAVENAGHI, A. R. A; BZUNECK, J. A. *A motivação de alunos adolescentes enquanto desafio na formação do professor*. IX Congresso Nacional de Educação – III Encontro Sul brasileiro de Psicopedagogia (EDUCERE), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Paraná, 2009.

FIGUEIREDO, S. G; ARAÚJO, F. R; OLIVEIRA-MONTEIRO, N. R. *Valores materialistas, pós-materialistas, hedonistas e religiosos*. *Leopoldianum*, Ano 42, nº 116, 117 e 118, 2016.

MORAIS, M. P. *O papel da família e do Ensino Religioso na formação ética do adolescente no Ensino Fundamental II, nas escolas estaduais de Boa Vista – Roraima*. Dissertação (Mestrado). Curso de Ciências da Religião. Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, 2015. Disponível em: [http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/368/1/maria\\_pinheiro\\_morais.pdf](http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/368/1/maria_pinheiro_morais.pdf). Acesso em: 17/0/2020.

PASSOS, J. D. *Epistemologia do Ensino Religioso: do Ensino à Ciência, da Ciência ao Ensino*. *Rever – Revista de Estudos da Religião*, ano 15, nº 2, julho – dezembro, 2015.

PAULY, E. I; FLORES, C. G. C. *Educação, Laicidade e Espiritualidade: contribuições do Ensino Religioso para o pleno desenvolvimento do educando*. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 77-84, janeiro/março, 2016.

RIBEIRO, N. C. *O Ensino Religioso e seu significado para adolescentes: pesquisa social em uma escola pública de ensino fundamental no município de Mirinzal – MA*. Centro de

Ciências Sociais e Educação (CCSE), da Universidade do Estado do Pará (UEPA) - Revista Marupíra, v. 2, 2015. Disponível em: <https://paginas.uepa.br/seer/index.php/marupiira/article/view/916>. Acesso em: 16/03/2020.

ROCHA, M. I. A; FARIA A. R; PIO, J. *Psicologia da Adolescência*. Belo Horizonte. UFMG, 2099, p.18. Disponível em: <https://www.ufjf.br/quimicaead/files/2014/03/Psicologia-da-Adolesc%c3%aancia-EADQUI020.pdf> Acesso em: 10/09/2020.

SELLES, S. E; DORVILLE, L. F. M; PONTUAL, L. V. *Ensino religioso nas escolas estaduais do Rio de Janeiro: implicações para o ensino de ciências/biologia*. Ciência e Educação (Bauru), v. 22, n. 4, p. 875-894, Dezembro, 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-73132016000400875&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-73132016000400875&script=sci_arttext). Acesso em: 27/02/2020.

SILVA, A. V. L. *O Ensino Religioso e a ética de Jesus para o adolescente hodierno*. Dissertação (Mestrado). Curso de Ciências da Religião. Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, 2013. Disponível em: [http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/343/1/abraao\\_victor\\_lopes\\_silva.pdf](http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/343/1/abraao_victor_lopes_silva.pdf). Acesso em: 20/04/2020.

SILVA, P.S.M; VIANA, M.N; CARNEIRO. S.N.V. *O desenvolvimento do adolescente na teoria de Piaget*. Trabalho de Curso. Psicologia pt, o portal dos psicólogos. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0250.pdf> Acesso em: 10/09/2020.

SILVA, R. L. *Novos panoramas para o Ensino Religioso: Uma análise do modelo das Ciências da Religião para o Ensino Religioso nas escolas públicas, tendo em vista os aspectos da transdisciplinaridade, transreligiosidade e pluralidade religiosa*. Programa de pós-graduação em Ciências da Religião (Dissertação de mestrado). Escola de Comunicação, Educação e Humanidades. Universidade Metodista de São Paulo, 2017. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/1661/2/RonaldSilva.pdf>. Acesso em: 15/03/2020.

SOARES, A. M. L; STIGAR, R. *Perspectivas para o Ensino Religioso: A Ciência da Religião como novo paradigma*. Rever – Revista de Estudos da Religião, ano 16, n° 01, janeiro-abril, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rever/article/view/28443/19996>. Acesso em: 28/02/2020.